ATA DA CENTÉSIMA (100ª) REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO. Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, na Rua Boa Vista, 162, 7º andar, Centro, no município de São Paulo/SP, reuniram-se os Membros do Conselho Fiscal da Companhia Docas de São Sebastião, contando com a participação dos Senhores Felipe Elias Miguel, Diretor de Administração e Finanças; Jorge Yukio Sangara, Gerente de Controladoria e Paulo Matos dos Santos, Gerente Financeiro. Contando com a colaboração da Senhora Marine Oliveira Vasconcelos para secretariar os trabalhos, iniciaram a reunião em cumprimento à seguinte Ordem do Dia: **1) Minuta da Ata da 98ª reunião do CONFIS, realizada em 23/10/2015; 2) Minuta da Ata da 99ª reunião do CONFIS, realizada em 27/11/2015; 3) Balancete Mensal referente ao mês de novembro/2015; 4) Balanço Patrimonial provisório referente ao mês de novembro/2015; 5) Fluxo de Caixa provisório referente ao mês de dezembro/2015; 6) DRE – Demonstrações Financeiras provisórias referentes ao mês de novembro/2015; 7) Comparativo Receitas x Despesas; 8) Relatório dos contratos; 9) Proposta de calendário de reuniões para o primeiro semestre de 2016 e 10) Assuntos gerais**. Dando início à reunião, o Diretor de Administração e Finanças apresentou o cenário financeiro da Companhia, dando ciência aos Conselheiros do que fora abordado na última reunião do CONSAD – Conselho de Administração, especialmente quanto às dificuldades no desempenho operacional do Porto, em função da diminuição de carga e de contratos de operação, levando a arrecadação a uma queda substancial de receitas e obrigando a Companhia a buscar alternativas para a recuperação dessas fontes, de modo a fazer frente às obrigações de custeio. Foi discutido que, caso não fosse possível o aporte de recursos financeiros pela Secretaria da Fazenda, seria analisada busca de empréstimos junto a instituições financeiras privadas, além da busca por novos mercados de cargas. O Senhor Felipe Elias Miguel informou sobre a necessidade de cerca de R$380.000,000 (trezentos e oitenta mil reais) para fechamento do mês de dezembro/2015 e que eventual antecipação de pagamentos dos clientes fixos não parecia uma alternativa promissora. O Conselho sugeriu proceder à revisão dos contratos e, sobre isso, o Diretor de Administração e Finanças esclareceu que isso já fora providenciado, a exemplo da redução de cerca de 20% (vinte por cento) com despesas de custeio. Questionado pelo Conselheiro Reynaldo Aben-Athar, também narrou que não há previsão para que os débitos da SCHAHIN sejam adimplidos. Ademais, sinalizou novo contrato para operações de granéis no Porto, o que representará um acréscimo mensal de receita de, aproximadamente, R$609.000,00 (seiscentos e nove mil reais), a partir do ano de 2016. Solucionando a dúvida da Conselheira Maria de Fátima Alves Ferreira quanto aos processos trabalhistas, explicou que os Magistrados têm delimitado, nas decisões judiciais, a responsabilidade de cada uma das empresas que integram o polo passivo das demandas, sendo a Companhia responsável por 30% (trinta por cento), o que totaliza, em média, R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dos quais já foram pagos cerca de R$700.000,00 (setecentos mil reais). Relembrou que a Petrobrás pagou a maior o valor de R$428.000,00 (quatrocentos e vinte e oito mil reais) relativo à nova interpretação dada à Tabela I do teto tarifário, questão ainda divergente. Perguntado pelo Conselheiro Carlos

Roberto Ruas Junior, explanou também que há previsão de importante deliberação da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários quanto à unitização de carga, requisito essencial para a cobrança de, aproximadamente, R$533.000,00 (quinhentos e trinta e três mil reais) da operadora portuária SLB, tendo ela adimplido somente os valores incontroversos. O Conselheiro Reynaldo Aben-Athar foi informado pela ANTAQ de que o processo que trata desse assunto estaria na pauta do próximo ano. O Conselho externou preocupação com as dificuldades do Fluxo de Caixa da Companhia e com o desempenho operacional. Por fim, solicitaram seja realizado estudo minucioso quanto às ações trabalhistas, elaborando relatórios individuais de cada reclamante, separando as ações que tratam de responsabilidade solidária e as que possuem decisão judicial delimitando o percentual de responsabilidade, de modo que se possa verificar qual a melhor estratégia a ser adotada, a fim de minimizar os reflexos no orçamento da empresa. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual eu, Marine Oliveira Vasconcelos, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos Conselheiros.

São Paulo/SP, 16 de dezembro de 2015.

MARIA DE FÁTIMA ALVES FERREIRA

MAURÍCIO HARUO KOSHIYAMA

CARLOS ROBERTO RUAS JUNIOR

REYNALDO ABEN-ATHAR

SAMIR TOLEDO DA SILVA

Felipe Elias Miguel
Diretor de Administração e Finanças